



Processo nº: 23397/2013

Jurisdicionados (as): Procuradoria-Geral do Distrito Federal – PRG/DF e Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal – SEF/DF

Assunto: Acompanhamento da Gestão Fiscal (Repasse de recursos para pagamento de Precatórios).

Ementa: Art. 97 do ADCT (EC nº 62/2009). Lei Complementar distrital nº 666/02. Acompanhamento dos repasses de recursos destinados ao pagamento de precatórios judiciais do Distrito Federal e requisições de pequeno valor – RPV. Atraso nos depósitos exigidos. Montante dos repasses inferior ao valor exigido no art. 3º da LC distrital nº 666/02. Dispensa quanto à verificação de cumprimento da LC distrital nº 666/02, enquanto vigente o regime especial de pagamento de precatórios tratado no art. 97 do ADCT. Alerta à SEF/DF. Conhecimento ao Governador do Distrito Federal. Arquivamento.

Senhor Secretário de Controle Externo,

Cuidam os autos do acompanhamento das transferências de recursos realizadas pelo Distrito Federal para o pagamento de precatórios judiciais e requisições de pequeno valor, em atenção ao disposto no art. 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT e na Lei Complementar Distrital nº 666/02, em relação ao exercício de 2013.

2. Acerca das proposições inseridas ao final da Informação nº 16/2014 – NAGF (fls. 123), em especial no tocante ao art. 3º da LC nº 666/02, entende-se necessário tecer algumas considerações.

3. Conforme registrado no corpo da referida Instrução, foi apurado **déficit** de aproximadamente **R\$ 18,4 milhões** para atendimento das disposições da LC distrital nº 666/02, consoante regramento previsto no seu art. 3º, c/c o art. 1º, incisos I e II, da mesma Lei.

4. A esse respeito, impende registrar que situação análoga já se apresentou quando da apreciação do Processo nº 22922/12, terminado pela Decisão nº 1.962/13, em que se analisou o cumprimento das disposições dessa Lei em relação ao exercício de 2012. Naquela oportunidade, o posicionamento do órgão



instrutivo também fora no sentido de que não havia sido atingido o montante exigido na Lei de referência, mormente o disposto no seu art. 3º.

5. Por sua vez, esta Secretaria de Controle Externo se pronunciou no sentido de que o equivalente a 1% (um por cento) da receita pertinente ao Fundo Constitucional do Distrito Federal – FCDF, objeto do inciso II do art. 1º da LC nº 666/02, não seria de transferência obrigatória pelo Poder Executivo, por se tratar apenas de faculdade dada pela própria Lei no parágrafo único desse mesmo artigo. Referido entendimento foi esposado pelo Voto Condutor da **Decisão nº 1.962/13**¹, quando este Tribunal decidiu por considerar cumpridos todos os termos dessa Lei em relação ao exercício de 2012.

6. De se observar que referida Lei se encontra vigente e sem eficácia suspensão por decisão das instâncias judiciais. Todavia, em consequência daquele entendimento, tal Lei resultou sem efeito prático enquanto vigente o regime especial de pagamento de precatórios instituído pelo art. 97 do ADCT. Isso porque, descontados os recursos previstos no inciso II do art. 1º da Lei em comento, resta como de aplicação obrigatória para pagamento de precatórios e requisições de pequeno valor – RPV do Distrito Federal apenas o equivalente a **1% (um por cento)** da respectiva receita corrente líquida – RCL, objeto do inciso I do art. 1º, antes referido. Em contrapartida, o regime especial de pagamento de precatórios (instituído pelo art. 97 do ADCT) determina a destinação de **1,5% (um e meio por cento)** da mesma RCL em cada exercício financeiro. Ou seja, superior ao valor remanescente (de 1% da RCL) previsto no art. 1º da LC 666/02, consoante Decisão nº 1.962/13.

7. Vale registrar que o Supremo Tribunal Federal – STF já decidiu pela inconstitucionalidade do art. 97 do ADCT (conf. ADINs nºs 4.357 e 4.425). Porém, em decisão cautelar do Ministro Luiz Fux, ratificada pelo Plenário daquela Suprema Corte em 24.10.13, foi determinada a continuidade dos pagamentos na forma que vinham sendo antes realizados (pelo regime especial).

¹ DECISÃO Nº 1962/2013:

O Tribunal, por unanimidade, **de acordo com o voto da Relatora**, decidiu: I – tomar conhecimento: a) da Informação nº 04/13 e do Despacho de fls. 126/128; b) dos Ofícios nºs 43/2013 GAB/SEF (fls. 39/73), Of./COORPRE/016/2013 (fls. 74/109), 43.603/GPR (fls. 110/111) e 48.674/GPR (fls. 112/116); c) dos valores repassados pelo Distrito Federal ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios – TJDF, no período de janeiro a dezembro de 2012, em cumprimento à EC nº 62/2009 c/c o Decreto distrital nº 31.398/10 (fl. 48), no total de R\$ 200,8 milhões, dos valores repassados referentes ao Convênio 02/2012 (fl. 49), no total de R\$ 6,0 milhões, e dos valores repassados diretamente por órgãos e entidades da administração pública do GDF a título de pagamento de RPV, no total de R\$ 795,5 mil; II - considerar atendidos os itens III e IV da Decisão nº 6.119/12; **III - considerar cumpridas as disposições da EC nº 62/09, c/c o Decreto distrital nº 31.398/10 e da LC distrital nº 666/02;** IV - autorizar o arquivamento dos autos. O Conselheiro PAULO TADEU deixou de atuar nos autos, por força do art. 16, VIII, do RI/TCDF, c/c o art. 135, parágrafo único, do CPC.

Presidiu a sessão o Presidente, Conselheiro INÁCIO MAGALHÃES FILHO. Votaram os Conselheiros MANOEL DE ANDRADE e ANILCÉIA MACHADO e o Conselheiro-Substituto PAIVA MARTINS. Participou o representante do MPJTCDF Procurador-Geral DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE. Ausente o Conselheiro RENATO RAINHA.



8. Dessa maneira, a tendência é que o regime especial ainda permaneça por mais alguns anos, esvaziando os efeitos das análises então empreendidas por esta unidade técnica acerca do cumprimento da LC nº 666/02.

9. Assim sendo, ao teor da Decisão nº 1.962/13, não há razão para que esta unidade técnica continue realizando o acompanhamento do cumprimento da LC distrital nº 666/02 enquanto vigente o regime especial de pagamento a que aduz o art. 97 do ADCT.

10. De outra banda, considerando que os depósitos exigidos pelo mesmo art. 97 do ADCT, c/c o Decreto distrital nº 31.398/10, no tocante ao exercício de 2013, foram todos realizados pelo Governo do Distrito Federal, entende-se desnecessário solicitar justificativas da Secretaria de Fazenda do DF para os atrasos apontados na instrução. A esse respeito, acredita-se que a expedição de alerta àquela jurisdicionada para os efeitos da mora na realização de tais depósitos, consoante regramento contido no § 10 do referido dispositivo constitucional, pode surtir os efeitos pedagógicos pretendidos.

11. Ante esse breve exposto, e lamentando divergir da instrução nessa parte, sugere-se ao egrégio Plenário que:

- I. tome conhecimento da Informação nº 16/2014 – NAGF e deste despacho;
- II. tendo em vista o que constou da Decisão nº 1.962/13, seja dispensada a verificação de cumprimento da LC distrital nº 666/02, mormente seu art. 3º, enquanto vigente o regime especial de pagamento de precatórios instituído pelo art. 97 do ADCT;
- III. no que refere ao montante de recursos repassados pelo Governo do Distrito Federal, aos órgãos do Poder Judiciário, para pagamentos de precatórios judiciais e Requisições de Pequenos Valores – RPVs, no tocante ao exercício de 2013, considere atendido o art. 97 do ADCT, c/c o Decreto distrital nº 31.398/10;
- IV. tendo em vista os atrasos observados nos repasses relacionados a 2013, seja alertada a Secretaria de Fazenda do Distrito Federal para que observe a tempestividade na realização dos repasses de recursos destinados aos pagamentos de precatórios judiciais e RPVs, em conformidade com o disciplinamento contido no art. 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, c/c o Decreto Distrital nº 31.398/10, de forma a evitar as sanções previstas no § 10 do referido dispositivo constitucional, a exemplo: sequestro de quantias em contas bancárias do Distrito Federal; impedimento para contratar operações de crédito e para receber transferências voluntárias; e retenção, pela União, de repasses relativos ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
NÚCLEO DE ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL

Fls. **136**
Proc.23397/13

- V. dê ciência ao Senhor Governador do Distrito Federal quanto à decisão a ser prolatada nesta oportunidade;
- VI. autorize o arquivamento dos autos.

À consideração superior.

Brasília (DF), 09 de junho de 2014.

VALDICK GONÇAVES RIBEIRO BOMFIM
NÚCLEO DE ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL
DIRETOR